



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**11/04/2014 ATÉ 11/04/2014**



# INDÍCE

---

1	BLOG DANIEL MATOS	
	1.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	1
2	BLOG DIRETO DA ALDEIA	
	2.1 JUÍZES.....	2
3	BLOG DO CAIO HOSTÍLIO	
	3.1 CONVÊNIO.....	3
	3.2 CORREGEDOR.....	4
4	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	4.1 CORREGEDOR.....	5
5	BLOG GILBERTO LEDA	
	5.1 CORREGEDOR.....	6
6	O IMPARCIAL ONLINE	
	6.1 CORREGEDOR.....	7
7	SITE 180 GRAUS	
	7.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	8
	7.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	9
	7.3 PRESIDÊNCIA.....	10
8	SITE ADVOGADO NEWS	
	8.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
	8.2 COMARCAS.....	12 13
	8.3 CORREGEDOR.....	14
	8.4 DECISÕES.....	15
	8.5 OBRAS / REFORMAS.....	16
	8.6 PROJETO JUSTIÇA NOS BAIROS.....	17
	8.7 SERVIDOR PÚBLICO.....	18
9	SITE AGORA MARANHÃO	
	9.1 CORREGEDOR.....	19
10	SITE G1	
	10.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	20
11	SITE JORNAL PEQUENO	
	11.1 CONVÊNIO.....	21
	11.2 OBRAS / REFORMAS.....	22
	11.3 VARAS CRIMINAIS.....	23
12	SITE O QUARTO PODER	
	12.1 CORREGEDOR.....	24
	12.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	25

## **Juízas determinam renovação automática de saída temporária para mais de 500 presos na Páscoa e no Dia das Mães**

*Portaria assinada pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar funcionando junto à 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, determina a renovação automática das autorizações de saída temporária de apenados para o período da Páscoa (15 a 21 de abril) e Dia das Mães (08 a 14 de maio).*

*A medida contempla os presos beneficiados com a saída no período do Natal (301) e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido, "salvo em caso de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no art. 125 da Lei de Execução Penal", ressalva o documento (Portaria 10/2014).*

*Segundo a titular da 1ª VEP, além desses apenados outros presos devem receber o benefício na Páscoa e Dia das Mães - aqueles que do Natal para cá progrediram para o regime semiaberto e presos que chegaram ao sistema para cumprir pena nesse regime. "Desde que tenham bom comportamento carcerário", esclarece Ana Maria Vieira.*

*Conforme a portaria, fica designada para o primeiro dia da saída temporária, a partir das 10h, nos respectivos estabelecimentos prisionais, reunião para advertências, esclarecimentos complementares e assinatura do termo de compromisso. O prazo para o retorno dos apenados vence às 18h do último dia da saída temporária.*

### *Apuração*

*Para a renovação das saídas, as unidades prisionais devem remeter à 1ª Vara de Execuções Penais a relação dos não contemplados, ou seja, os que tiveram o benefício no Natal de 2013 e não cumpriram os requisitos citados anteriormente (retorno no prazo e bom comportamento carcerário).*

*"A exclusão de cada apenado constante na relação dos não contemplados deverá ser motivada pela direção das unidades penais, devendo ser processado individualmente neste Juízo, para decisão com apuração prévia do Ministério Público e da defesa", ressalta o documento.*

*Renovações - Na portaria, as juízas Ana Maria e Sara Fernanda destacam, entre outras considerações, os cerca de 552 apenados em regime semiaberto com direito à saída temporária (salvo os que não preencherem os requisitos legais) e o aumento drástico de volume de trabalho na 1ª VEP quando da concessão do benefício. "Os pedidos são sempre individualizados, quase sempre remetidos pelas unidades prisionais, exigindo digitalização e manifestação do Ministério Público, registrando-se que a quase totalidade deles são meras renovações de pedidos de saídas", acrescentam.*

*Ainda de acordo com as magistradas, a renovação automática tem sustentação na jurisprudência, em especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do STF.*

*Fonte: Corregedoria Geral de Justiça*

## Chapadinha: juiz Cristiano Simas anula concurso



Juiz Cristiano Simas, da 1ª Vara de Chapadinha

## Nota de esclarecimento

Em função da decisão judicial, em caráter liminar, expedida pelo juiz Cristiano Simas, suspendendo **parcialmente** o concurso público municipal, a prefeita de Chapadinha, Ducilene Belezinha, vem a público esclarecer o seguinte:

- 1 - A prefeitura municipal respeita e cumpre qualquer decisão judicial;
- 2 - Apesar disso, irá exercer seu direito de solicitar a revisão da referida decisão, por entender que o concurso municipal foi realizado obedecendo a todos os requisitos legais, não restando nenhuma irregularidade;
- 3 - Nesse sentido, a prefeita Belezinha vem informar à população em geral, em especial àqueles que se submeteram ao concurso e obtiveram êxito, que não medirá esforços no zelo pelo bom andamento da administração pública.

Chapadinha, 10 de abril de 2014.



*Maria Ducilene Pontes Cordeiro*  
**Prefeita Municipal de Chapadinha**

*Justiça acata pedido de Marcelo e suspende concurso público de Chapadinha*  
*Blog do Foguinho*

*Chapadinha, MA. O juiz Cristiano Simas de Sousa, Titular da 1ª Vara da Comarca de Chapadinha, decidiu na manhã desta quinta-feira, 10, suspender o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Chapadinha realizado pelo o Instituto Machado de Assis, para averiguar as supostas irregularidades do concurso e impor multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo descumprimento da decisão.*

*A ação popular foi protocolada pelo o vereador Marcelo Menezes Pessoa (PRP), que colocou nos autos do processo possíveis irregularidades na aplicação das provas, inscrições e outras colocações.*

*A partir deste momento, a Prefeitura de Chapadinha não pode nomear nenhum funcionário que esteja na lista de aprovados do concurso até a decisão final do Juiz.*

*Caso o juiz encontre irregularidades no final das análises do processo, o concurso será anulado.*

*A Prefeita Maria Ducilene Pontes Cordeiro pode entrar com recurso no Tribunal de Justiça-MA em São Luis pedindo a suspensão da decisão do Juiz Cristiano Simas de Sousa. O TJ-MA poderá suspender a decisão ou não, deixando a decisão final para o Juiz Cristiano Simas.*

*Nota do editor da Aldeia: Após a decisão judicial, a prefeitura de Chapadinha emitiu a Nota Oficial abaixo:*

## Comitê de Gestão Integrada faz balanço de ações no sistema penitenciário maranhense



*A governadora Roseana Sarney presidiu a 7ª reunião do Comitê de Gestão Integrada, realizada na tarde desta quinta-feira (10), no Palácio dos Leões. Participaram do encontro, no qual foram apresentados avanços no sistema penitenciário, representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, das Polícias Civil e Militar, Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros.*

*Roseana Sarney acompanhou os resultados apresentados e enfatizou que o Governo do Estado continuará trabalhando para atender as propostas e sugestões contidas nos relatórios. "Vamos nos empenhar para implementar mais ações que assegurem a tranquilidade no sistema penitenciário maranhense", garantiu a governadora.*

*Na ocasião, foram apresentados o relatório da Força Nacional da Defensoria Pública; o balanço das ações para resolução da Crise do Sistema Prisional de São Luís; o projeto de implantação da Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III, com auxílio do Depen/MJ; e a aplicação da Lei nº 9116/2010, que institui a Política Estadual de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.*

*De acordo com o coordenador nacional da Defensoria Pública, André Giroto, no período de 27 de janeiro a 10 de*

fevereiro, a Força Nacional da Defensoria Pública efetuou 4.394 atendimentos, sendo 1.782 individualizados, além da concessão de habeas corpus e petições diversas.

André Giroto destacou o apoio do Governo do Estado para o êxito do trabalho. "A Força Nacional da Defensoria Pública já atuou Santa Catarina e Pernambuco e aqui no Maranhão a receptividade e apoio que tivemos do governo do Estado foi imprescindível para o êxito obtido", afirmou.

André Giroto lembrou que muitas medidas recomendadas no relatório já foram adotadas pelo governo, como o aumento do número de vagas no sistema prisional com a construção da Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III, com auxílio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a construção de presídio em Coroatá, totalizando 635 novas vagas.

Os dois presídios irão ficar prontos em maio. Os demais estão dentro do cronograma previsto. Em junho, O Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça capacitará os 104 novos agentes penitenciários para atuar na Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III.

Participaram da reunião, a corregedora geral de Justiça, Nelma Sarney; procuradora Geral de Justiça, Regina Rocha, o promotor de Justiça Claudio Cabral; o Defensor Geral do Estado, Aldy Mello Filho; os secretários Sebastião Uchoa (de Justiça e Administração Penitenciária), Ricardo Murad (Segurança Pública e de Saúde), Catharina Bacelar (Mulher), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania) e Carla Georgina (Comunicação Social); a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Menezes; o subcomandante geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel João Nepomuceno; além de representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

### Capacitação

Outro ponto discutido na reunião foi a aplicação da Lei nº 9116/2010, que institui a Política Estadual de Inserção de Egressos do Sistema Prisional no Mercado de Trabalho. A primeira etapa dessa ação, sob a coordenação do Tribunal de Justiça, correspondeu à análise de documentação. O trabalho, quem contou com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), resultou na revisão de mais de 3 mil documentos.

A segunda etapa foi a capacitação dos egressos, ação realizada via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o apoio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e Ministério da Justiça. Essa ação foi considerada altamente positiva.

Na terceira etapa, no entanto, não houve a adesão esperada do empresariado em dar oportunidade de trabalho para os egressos do sistema prisional. Diante disso, ficou definido na reunião, que será realizada, uma ação de sensibilização nas empresas, com a participação da Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (Setres).

## Secretário Ricardo Murad discute assistência médica a detentos com transtorno mental e recolhimento de menor infrator com TJMA e DPE



*O secretário de Estado da Segurança Pública e de Saúde, Ricardo Murad participou nesta quinta-feira (10), na Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), de uma reunião com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) e da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), promotores e juízes que atuam nas áreas de Saúde e da Infância e Juventude para tratar da assistência a detentos com problemas mentais e a adolescentes em conflitos com a lei.*

*Ricardo Murad discutiu com representantes dos órgãos presentes à reunião medidas emergenciais para atender às duas áreas. Em relação à assistência médica às pessoas privadas de liberdade e com transtornos mentais, ele informou sobre a implantação de uma unidade de saúde que funcionará 24 horas, para atender toda a demanda do sistema prisional do estado.*

*Além dessas deliberações, ficou acordado, na reunião, que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, atendendo a uma sugestão de Ricardo Murad, convocará os gestores municipais das cidades que implantaram Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), além de juízes e promotores de Justiça, com o objetivo de montar uma rede integrada para o atendimento a esse público. Com a implantação da rede, os detentos com transtornos mentais que estejam tanto nas unidades prisionais como nas delegacias deverão ser encaminhados imediatamente para*

um Centro de atendimento.

"Tivemos dois encontros práticos e com decisões bem objetivas. No primeiro, a Corregedoria do TJ está discutindo e elaborando um documento com as várias instituições para que esse sistema funcione da melhor forma possível, com toda a estrutura e agilidade que cada caso requer. Sugerimos que os municípios fossem incorporados a essa discussão, já que são parte fundamental da assistência à saúde, principalmente no que tange ao tratamento das pessoas que têm transtornos mentais", detalhou Murad.

*Adolescentes em conflito com a Lei*

Ainda durante a reunião, foi firmado um acordo com as várias entidades para que seja disponibilizado pelo Governo do Estado, de forma emergencial, um local para receber os adolescentes apreendidos durante as operações e ações policiais.

Ainda na tarde desta quinta-feira (10), representantes das secretarias estaduais, da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça visitaram um dos prédios que poderá receber as instalações de uma unidade.

Paralelo a isso, a secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, Luiza Oliveira afirmou que o Governo tem tomado todas as medidas a fim de solucionar o problema da falta de estrutura em unidades de internação de adolescentes. Ela elencou diversas obras estão sendo executadas na capital e no interior do estado, e proporcionarão uma mudança do sistema de internação de adolescentes.

Luiza Oliveira lembrou ainda que já se reuniu com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) a fim de dar agilidade ao andamento das construções e reformas. A previsão é que as obras sejam entregues até dezembro deste ano.

Ricardo Murad também reafirmou o compromisso da administração estadual no enfrentamento da questão da violência. "Estamos contribuindo com uma solução, de implantação de uma unidade provisória que possa disponibilizar vagas, em um curto espaço de tempo, até que o grande investimento que tem sido feito pelo Governo do Estado no sistema possa resolver definitivamente essa situação", completou.

## **Ricardo Murad discute assistência médica a detentos com transtorno mental e recolhimento de menor infrator com TJMA e DPE**



*O secretário de Estado da Segurança Pública e de Saúde, Ricardo Murad participou nesta quinta-feira (10), na Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), de uma reunião com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) e da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), promotores e juízes que atuam nas áreas de Saúde e da Infância e Juventude para tratar da assistência a detentos com problemas mentais e a adolescentes em conflitos com a lei.*

*Ricardo Murad discutiu com representantes dos órgãos presentes à reunião medidas emergenciais para atender às duas áreas. Em relação à assistência médica às pessoas privadas de liberdade e com transtornos mentais, ele informou sobre a implantação de uma unidade de saúde que funcionará 24 horas, para atender toda a demanda do sistema prisional do estado.*

*Além dessas deliberações, ficou acordado, na reunião, que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, atendendo a uma sugestão de Ricardo Murad, convocará os gestores municipais das cidades que implantaram Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), além de juízes e promotores de Justiça, com o objetivo de montar uma rede integrada para o atendimento a esse público. Com a implantação da rede, os detentos com transtornos mentais que estejam tanto nas unidades prisionais como nas delegacias deverão ser encaminhados imediatamente para um Centro de atendimento.*

*"Tivemos dois encontros práticos e com decisões bem objetivas. No primeiro, a Corregedoria do TJ está discutindo e elaborando um documento com as várias instituições para que esse sistema funcione da melhor forma possível, com toda a estrutura e agilidade que cada caso requer. Sugerimos que os municípios fossem incorporados a essa discussão, já que são parte fundamental da assistência à saúde, principalmente no que tange ao tratamento das pessoas que têm transtornos mentais", detalhou Murad.*

*Adolescentes em conflito com a Lei*

*Ainda durante a reunião, foi firmado um acordo com as várias entidades para que seja disponibilizado pelo*

*Governo do Estado, de forma emergencial, um local para receber os adolescentes apreendidos durante as operações e ações policiais.*

*Ainda na tarde desta quinta-feira (10), representantes das secretarias estaduais, da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça visitaram um dos prédios que poderá receber as instalações de uma unidade.*

*Paralelo a isso, a secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, Luiza Oliveira afirmou que o Governo tem tomado todas as medidas a fim de solucionar o problema da falta de estrutura em unidades de internação de adolescentes. Ela elencou diversas obras estão sendo executadas na capital e no interior do estado, e proporcionarão uma mudança do sistema de internação de adolescentes.*

*Luiza Oliveira lembrou ainda que já se reuniu com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) a fim de dar agilidade ao andamento das construções e reformas. A previsão é que as obras sejam entregues até dezembro deste ano.*

*Ricardo Murad também reafirmou o compromisso da administração estadual no enfrentamento da questão da violência. "Estamos contribuindo com uma solução, de implantação de uma unidade provisória que possa disponibilizar vagas, em um curto espaço de tempo, até que o grande investimento que tem sido feito pelo Governo do Estado no sistema possa resolver definitivamente essa situação", completou.*

#### *União de esforços*

*A Corregedora Geral do TJMA, desembargadora Nelma Sarney destacou a importância da união dos esforços entre os vários segmentos sociais e órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo. "Estamos batalhando para que ocorra a integração dos vários órgãos. Os parceiros e as instituições precisam estar em sintonia e com estas reuniões pudemos chegar a um consenso, buscando uma solução em curto prazo para as questões apresentadas", pontuou.*

*Na ocasião Nelma Sarney comunicou ao secretário Ricardo Murad que ainda este mês entrará em funcionamento a Central de Inquéritos. "Está tudo pronto para que em breve a Central seja instalada. Será um grande passo para agilizar e dar mais eficiência ao trabalho policial e da Justiça. Em suma, é uma unidade jurisdicional que estamos instalando com juízes auxiliares com ligação direta com a polícia. "Neste espaço, as medidas cautelares serão analisadas de maneira imediata, independente do horário. A triagem é feita pela própria Central, identificando se há necessidade de manutenção da prisão em flagrante ou não, entre outras atribuições", finalizou.*

*Estiveram presentes, ainda, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Láercio Costa; Aldy de Melo Araújo Filho e Fabíola Barros Murilo Carvalho Guazelli, respectivamente defensor público geral e corregedora geral; e os juízes José dos Santos Costa e José Américo Abreu Costa, da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís e juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, respectivamente.*

## Ricardo Murad discute assistência médica a detentos com transtorno mental



*O secretário de Estado da Segurança Pública e de Saúde, Ricardo Murad participou nesta quinta-feira (10), na Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), de uma reunião com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) e da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), promotores e juízes que atuam nas áreas de Saúde e da Infância e Juventude para tratar da assistência a detentos com problemas mentais e a adolescentes em conflitos com a lei.*

*Ricardo Murad discutiu com representantes dos órgãos presentes à reunião medidas emergenciais para atender às duas áreas. Em relação à assistência médica às pessoas privadas de liberdade e com transtornos mentais, ele informou sobre a implantação de uma unidade de saúde que funcionará 24 horas, para atender toda a demanda do sistema prisional do estado.*

*Além dessas deliberações, ficou acordado, na reunião, que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, atendendo a uma sugestão de Ricardo Murad, convocará os gestores municipais das cidades que implantaram Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), além de juízes e promotores de Justiça, com o objetivo de montar uma rede integrada para o atendimento a esse público. Com a implantação da rede, os detentos com transtornos mentais que estejam tanto nas unidades prisionais como nas delegacias deverão ser encaminhados imediatamente para*

*um Centro de atendimento.*

*"Tivemos dois encontros práticos e com decisões bem objetivas. No primeiro, a Corregedoria do TJ está discutindo e elaborando um documento com as várias instituições para que esse sistema funcione da melhor forma possível, com toda a estrutura e agilidade que cada caso requer. Sugerimos que os municípios fossem incorporados a essa discussão, já que são parte fundamental da assistência à saúde, principalmente no que tange ao tratamento das pessoas que têm transtornos mentais", detalhou Murad.*

*Adolescentes em conflito com a Lei*

*Ainda durante a reunião, foi firmado um acordo com as várias entidades para que seja disponibilizado pelo Governo do Estado, de forma emergencial, um local para receber os adolescentes apreendidos durante as operações e ações policiais.*

*Ainda na tarde desta quinta-feira (10), representantes das secretarias estaduais, da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça visitaram um dos prédios que poderá receber as instalações de uma unidade.*

*Paralelo a isso, a secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, Luiza Oliveira afirmou que o Governo tem tomado todas as medidas a fim de solucionar o problema da falta de estrutura em unidades de internação de adolescentes. Ela elencou diversas obras estão sendo executadas na capital e no interior do estado, e proporcionarão uma mudança do sistema de internação de adolescentes.*

*Luiza Oliveira lembrou ainda que já se reuniu com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) a fim de dar agilidade ao andamento das construções e reformas. A previsão é que as obras sejam entregues até dezembro deste ano.*

*Ricardo Murad também reafirmou o compromisso da administração estadual no enfrentamento da questão da violência. "Estamos contribuindo com uma solução, de implantação de uma unidade provisória que possa disponibilizar vagas, em um curto espaço de tempo, até que o grande investimento que tem sido feito pelo Governo do Estado no sistema possa resolver definitivamente essa situação", completou.*

## **Secretário Ricardo Murad discute assistência médica a detentos com transtorno mental e recolhimento de menor infrator com TJMA e DPE**



*O secretário de Estado da Segurança Pública e de Saúde, Ricardo Murad participou nesta quinta-feira (10), na Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), de uma reunião com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) e da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), promotores e juízes que atuam nas áreas de Saúde e da Infância e Juventude para tratar da assistência a detentos com problemas mentais e a adolescentes em conflitos com a lei.*

*Ricardo Murad discutiu com representantes dos órgãos presentes à reunião medidas emergenciais para atender às duas áreas. Em relação à assistência médica às pessoas privadas de liberdade e com transtornos mentais, ele informou sobre a implantação de uma unidade de saúde que funcionará 24 horas, para atender toda a demanda do sistema prisional do estado.*

*Além dessas deliberações, ficou acordado, na reunião, que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, atendendo a uma sugestão de Ricardo Murad, convocará os gestores municipais das cidades que implantaram Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), além de juízes e promotores de Justiça, com o objetivo de montar uma rede integrada para o atendimento a esse público. Com a implantação da rede, os detentos com transtornos mentais que estejam tanto nas unidades prisionais como nas delegacias deverão ser encaminhados imediatamente para um Centro de atendimento.*

*"Tivemos dois encontros práticos e com decisões bem objetivas. No primeiro, a Corregedoria do TJ está discutindo e elaborando um documento com as várias instituições para que esse sistema funcione da melhor forma possível, com toda a estrutura e agilidade que cada caso requer. Sugerimos que os municípios fossem incorporados a essa discussão, já que são parte fundamental da assistência à saúde, principalmente no que tange ao tratamento das pessoas que têm transtornos mentais", detalhou Murad.*

### *Adolescentes em conflito com a Lei*

*Ainda durante a reunião, foi firmado um acordo com as várias entidades para que seja disponibilizado pelo Governo do Estado, de forma emergencial, um local para receber os adolescentes apreendidos durante as operações e ações policiais.*

*Ainda na tarde desta quinta-feira (10), representantes das secretarias estaduais, da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça visitaram um dos prédios que poderá receber as instalações de uma unidade.*

*Paralelo a isso, a secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, Luiza Oliveira afirmou que o Governo tem tomado todas as medidas a fim de solucionar o problema da falta de estrutura em unidades de internação de adolescentes. Ela elencou diversas obras estão sendo executadas na capital e no interior do estado, e proporcionarão uma mudança do sistema de internação de adolescentes.*

*Luiza Oliveira lembrou ainda que já se reuniu com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento*

*Social (BNDES) a fim de dar agilidade ao andamento das construções e reformas. A previsão é que as obras sejam entregues até dezembro deste ano.*

*Ricardo Murad também reafirmou o compromisso da administração estadual no enfrentamento da questão da violência. "Estamos contribuindo com uma solução, de implantação de uma unidade provisória que possa disponibilizar vagas, em um curto espaço de tempo, até que o grande investimento que tem sido feito pelo Governo do Estado no sistema possa resolver definitivamente essa situação", completou.*

#### *União de esforços*

*A Corregedora Geral do TJMA, desembargadora Nelma Sarney destacou a importância da união dos esforços entre os vários segmentos sociais e órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo. "Estamos batalhando para que ocorra a integração dos vários órgãos. Os parceiros e as instituições precisam estar em sintonia e com estas reuniões pudemos chegar a um consenso, buscando uma solução em curto prazo para as questões apresentadas", pontuou.*

*Na ocasião Nelma Sarney comunicou ao secretário Ricardo Murad que ainda este mês entrará em funcionamento a Central de Inquéritos. "Está tudo pronto para que em breve a Central seja instalada. Será um grande passo para agilizar e dar mais eficiência ao trabalho policial e da Justiça. Em suma, é uma unidade jurisdicional que estamos instalando com juízes auxiliares com ligação direta com a polícia. "Neste espaço, as medidas cautelares serão analisadas de maneira imediata, independente do horário. A triagem é feita pela própria Central, identificando se há necessidade de manutenção da prisão em flagrante ou não, entre outras atribuições", finalizou.*

*Estiveram presentes, ainda, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Láercio Costa; Aldy de Melo Araújo Filho e Fabíola Barros Murilo Carvalho Guazelli, respectivamente defensor público geral e corregedora geral; e os juízes José dos Santos Costa e José Américo Abreu Costa, da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís e juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, respectivamente.*

## **Juízas determinam renovação automática de saída temporária de presos**

Portaria assinada pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar funcionando junto à 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, determina a renovação automática das autorizações de saída temporária de apenados para o período da Páscoa (15 a 21 de abril) e Dia das Mães (08 a 14 de maio).

A medida contempla os presos beneficiados com a saída no período do Natal (301) e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido, “salvo em caso de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no art. 125 da Lei de Execução Penal”, ressalva o documento (Portaria 10/2014).

Publicado Por: Igor Leonardo

## **Servidores do Fórum de São Luís são treinados para primeiro atendimento a vítimas de emergência**

Servidores do Fórum de São Luís poderão prestar o primeiro atendimento a vítimas de emergência cardíaca. Para isso, receberam treinamento ministrado na manhã desta quinta-feira (10) pela médica cardiologista Gildete Ramos da Silva, no auditório Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras (térreo). Os participantes tiveram instruções teóricas e práticas de primeiros socorros e uso do desfibrilador, equipamento projetado para atendimento nesses casos.

Durante a abertura das atividades, o diretor do fórum, juiz Osmar Gomes, falou sobre a importância do uso do desfibrilador em casos de emergência e disse que o uso adequado do equipamento contribuirá para que vidas sejam salvas.

## **Presidente do TJMA recebe a visita da diretoria da Anajud-MA**

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu a visita de membros da diretoria da Associação dos Analistas Judiciários do Estado do Maranhão (Anajud), que agrega 63 profissionais de nível superior do Poder Judiciário, de diversas especialidades.

O vice-presidente da Anajud, Thiago Bogéa; Adriane Rodrigues da Silva, do conselho de ética e o tesoureiro Erickson Dias Carneiro, informaram sobre a constituição da entidade, criada em 28 de setembro de 2013, e apresentaram à presidente do TJ uma exposição de motivos com propostas de melhoria para a categoria.

## **Timon terá Centro de Conciliação de Conflitos**

10/04/2014

A comarca de Timon, a 432 km de São Luís, passará a contar com um Centro de Conciliação de Conflitos, a partir do dia 25 de abril. Será o primeiro do município e o 14º implantado pelo Poder Judiciário no Estado.

O Centro de Conciliação de Timon será coordenado pelo juiz Rogério Monteles e irá funcionar na Faculdade Maranhense São José dos Cocais (FSJ), por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a instituição de ensino. Os termos foram acertados em reunião entre o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, e representantes da faculdade.

Conforme a parceria, caberá à FSJ, por meio do núcleo de práticas jurídicas, selecionar conciliadores, entre estudantes da faculdade e pessoas da comunidade, além de disponibilizar a infraestrutura para funcionamento do Centro de Conciliação. O TJMA é responsável por treinar os conciliadores, disponibilizar o sistema de agendamento de audiências e homologar judicial dos acordos que vierem a ser firmados no centro.

Com a instalação, o cidadão de Timon que desejar buscar um acordo antecipado para questões judiciais ou não, poderá agendar audiência presencialmente, pela internet ou por telefone, sem sair de casa. Basta acessar o site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br) e clicar no link "conciliação". O interessado será direcionado para a página que contém o formulário próprio, onde deverá preencher todos os dados necessários à inclusão do seu processo numa pauta de julgamento.

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação no Maranhão, explica que a manifestação antecipada das partes, com a pretensão de solucionar o conflito, aumenta a expectativa do alcance de acordos. "A conciliação é sempre possível e pode ser feita até mesmo nas situações em que as partes ainda não iniciaram um processo na Justiça", diz.

Alexandre Abreu destaca que os centros são voltados para o cidadão que busca o Judiciário para solucionar litígios. Mas, segundo o magistrado, há também empresas que demandam na Justiça, por isso o TJMA está mantendo parcerias com entidades como Associação Comercial e Industrial e Federação das Indústrias, para instalação de centros que atendam também essa demanda.

Os dois primeiros centros de conciliação de São Luís - instalados no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e na Rua do Egito (Centro), respectivamente - registraram quase 1.500 audiências agendadas, 795 realizadas, com 546 acordos (70% do total), desde a implantação em novembro de 2012 até janeiro deste ano.

Na capital, a população conta com unidades no Fórum Des. Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito) e FACAM. No interior, há três centros em Imperatriz, sendo um para conciliação empresarial, Caxias (2), Bacabal (2) e Balsas (1).

## **1ª Vara de Zé Doca realiza 126 audiências em mutirão previdenciário**

10/04/2014

A juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara de Zé Doca, presidiu na unidade judicial 126 audiências, na terça-feira e quarta-feira, dias 8 e 9. As audiências, realizadas no fórum, integraram o Mutirão Previdenciário 2014, e os trabalhos contaram com a parceria o Instituto Nacional de Seguridade Social, representado pelo procurador federal Ibraim Djalma Costa Melo.

As audiências de conciliação resultaram em 108 sentenças, incluindo acordos propostos pelas partes e homologados pela Justiça e sentenças de extinção. A magistrada destacou a importância dos acordos celebrados. “Ambas as partes saem vencedoras nesse tipo de ação, pois a conciliação é a melhor forma para o alcance do objetivo do processo, que é a forma célere, sem interposição de recursos e anos a fio de batalha judicial”, ressaltou Denise Pedrosa.

O procurador Djalma Melo Costa afirmou que “sem o trabalho conjunto, entre a Procuradoria do INSS e a 1ª Vara desta comarca, nada poderia ser feito e satisfação do jurisdicionado é nossa maior recompensa”.

Os advogados César Augusto Pacífico de Paula Maux, Welma Ferreira Gentil Amorim, Isaura Cristina Araújo de Macêdo, Bento Barbosa de Oliveira Júnior e Sonia Maria Alves Sousa. Também participaram do mutirão em Zé Doca. “Foi um trabalho conjunto aqui em Zé Doca que resultou em eficiência pura”, ressaltou a advogada Isaura Cristina Araújo.

Ao final dos trabalhos, a magistrada fez questão de agradecer pelo empenho dos servidores da 1ª vara de Zé Doca, ao destacar que houve esforço concentrado por parte de todos os servidores da justiça, como também da própria Procuradoria do INSS, na figura do seu representante.

## **Pedreiras: 1ª Vara realiza mutirão de audiências contra o Estado do Maranhão**

10/04/2014

O juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, presidiu um mutirão de audiências nos dias 8 e 9 de abril. Os processos eram referentes à cobrança do percentual de 21,7% por parte de servidores públicos junto ao Estado do Maranhão. Os autores cobravam o pagamento de diferença de reajuste da remuneração no percentual de 21,7%, referente à Lei Estadual nº 8.369/2006, que concedeu aumento de 8,3% aos requerentes, enquanto a mesma Lei Estadual concedeu reajuste de 30% para outras categorias de servidores públicos do Estado do Maranhão, a saber, Grupo Ocupacional de Atividade de Nível Superior e Grupo de Atividades Artísticas e Culturais - Atividades Profissionais e Metroológicas.

As ações tramitaram sob o rito da Lei de Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009). No total, foram realizadas 61(sessenta e uma) audiências, sendo que o Estado do Maranhão não apresentou propostas de acordo, e ato contínuo, o magistrado proferiu sentenças de mérito em todos os processos. Nas sentenças, Marco Adriano destacou que a matéria já se encontra pacificada perante o Tribunal de Justiça do Maranhão, STJ, e inclusive, STF, que já enfrentaram a temática por ocasião do julgamento dos recursos decorrentes de ações de servidores estaduais cobrando a diferença acima mencionada.

“Inclusive, dos servidores do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão, tendo sido reconhecido que a Lei Estadual nº 8.369/2006 trata sobre revisão geral devida a todos os servidores, e não somente reajuste salarial a determinadas categorias, devendo o percentual de 21,7%, correspondente a diferença de índices de aumento, ser aplicado para todos os servidores estaduais requerente, que não foram contemplados com o aumento”, observou o juiz.

E continua: “Embora a Lei Estadual n.º 8.369/2006 disponha sobre o “reajuste” de servidores públicos civis, tem clara conotação de revisão geral anual e, conseqüentemente, afronta o princípio da isonomia, ao estabelecer índices diferenciados entre os segmentos do funcionalismo público estadual (arts. 1º e 4º). Portanto, resta patenteado o desrespeito à isonomia, pois não pode a lei, ao tratar de reajuste geral anual, estabelecer aumentos diferenciados a determinados setores ou categorias do funcionalismo público, sob pena de afronta ao princípio isonômico, contido na norma do art. 5º da Constituição Federal, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal”.

Marco Adriano Ramos Fonseca condenou o Estado do Maranhão a incorporar ao vencimento-base dos requerentes o percentual de 21,7%, com efeitos financeiros retroativos aos cinco anos anteriores à propositura da ação (Súmula 85 do STJ), bem como, condenou o Estado do Maranhão ao pagamento dos valores das respectivas diferenças de vencimentos dos últimos cinco anos anteriores à propositura da ação e as parcelas vencidas até a presente data, fixando a indenização correspondente a cada um dos servidores requerentes.

O somatório das indenizações, referentes aos valores retroativos, totaliza o montante de R\$ 1.290.551,55 (um milhão, duzentos e noventa mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

## **Reuniões na Corregedoria de Justiça discutem assuntos emergenciais**

10/04/2014

Diversas autoridades estiveram reunidas com a corregedora Nelma Sarney, na sede da Corregedoria Geral da Justiça, na manhã desta quinta-feira (10). Na pauta das reuniões, assuntos emergenciais como a situação das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, e a situação emergencial da falta de abrigos para menores infratores. O Secretário de Estado Ricardo Murad participou das duas reuniões, como Secretário de Saúde e como Secretário de Segurança Pública.

Na primeira reunião, a o assunto em pauta a forma como estão sendo tratadas as pessoas com transtornos mentais que cometeram algum tipo de crime, que estão em conflito com a lei. Na reunião, que envolveu além do juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luis, o Secretário de Estado da Saúde Ricardo Murad, a corregedora Nelma Sarney, bem como representantes de órgãos como a SEJAP, juízes, promotores, ficou colocado que as pessoas com problemas mentais não devem ficar presas no sistema prisional, e sim receber tratamento adequado do estado, através do sistema de saúde.

“O que se pode afirmar é que, a rigor, essas pessoas não cometeram crimes, e se cometeram, devem ser consideradas tecnicamente inimputáveis, ou seja, não sabem que cometeram. Logo, a punição delas não pode ser a prisão, e sim a internação ou o tratamento ambulatorial. E nosso objetivo é corrigir essa situação”, destacou Fernando Mendonça. Ele observou que existe um provimento sendo elaborado pela corregedora, de sugestão da própria VEP, tratando sobre o assunto.

“A CGJ recebeu a proposta de elaboração de um provimento da VEP no sentido de como agir melhor nesses casos envolvendo pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei e, de imediato, entendeu como oportuno. O texto passou por algumas adequações, mas em breve será publicado”, destacou Nelma Sarney, observando que é um assunto pertinente aos juízes criminais e os das Varas de Execuções Penais. “Faz-se interessante e necessário não apenas o alinhamento dos juízes nesses casos, mas também que eles percebam todo o fluxo de um tratamento dessas pessoas com transtornos mentais”, ressaltou Ricardo Murad.

Menores infratores - Logo em seguida, a corregedora recebeu o juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luis, representantes da Fundação da Criança e do Adolescente, representantes da Sejap, o defensor geral do Estado Aldy Mello, representante da Secretaria de Direitos Humanos, o Secretário de Estado de Segurança Pública Ricardo Murad, promotores, e juízes auxiliares da CGJ. Na pauta, a situação emergencial da falta de abrigos para menores infratores.

De acordo com José Costa, a reunião teve por objetivo encontrar uma alternativa para abrigar menores que cometeram ato infracional, haja vista que as unidades estão superlotadas. “Por causa dessa superlotação, nós estamos interditando parcialmente unidades no sentido de evitar problemas maiores, como rebeliões e até mortes. A reunião toda discutiu sobre isso, encontrar um lugar emergencial até que obras previstas nessas unidades sejam concluídas”, ressaltou.

“Deveremos disponibilizar ou providenciar em caráter de urgência um local que possa abrigar menores infratores, estejam eles apreendidos em caráter definitivo ou provisório. É uma questão que envolve muitas instituições, mas com a união, encontraremos soluções adequadas e rápidas”, ressaltou Ricardo Murad.

“Estamos com nossos juízes responsáveis pela infância e adolescência na linha de frente dessa questão. É fundamental encontrar soluções imediatas para essa problemática dos menores infratores”, ressaltou Nelma Sarney. Na reunião, ficou agendada de imediato uma visita a alguns locais, no sentido de adequá-lo, rapidamente, para que possa receber adolescentes em conflito com a lei.

## **Banco do Brasil é condenado a indenizar engenheiro apontado como suspeito de ser assaltante**

10/04/2014

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância, que condenou o Banco do Brasil a pagar R\$ 10 mil, por danos morais, a um cliente. Ele moveu a ação depois de ter sido conduzido por policiais a uma delegacia do município de Presidente Dutra e de ser informado, pelo delegado, que funcionários da instituição financeira o consideraram suspeito de querer praticar assalto, quando fez um saque no valor de R\$ 9.990,00.

Engenheiro civil, ele explicou que o dinheiro era para pagar os empregados de empresa da qual é sócio, que trabalhavam em obra da Secretaria de Educação do Estado. Notou que, já no interior da agência, foi tratado de forma estranha. Contou que, na saída, foi surpreendido por dois policiais militares fortemente armados. Na delegacia, ouviu a explicação de que a caixa e outras pessoas do banco acharam seus modos e suas vestes suspeitos e, por isso, o denunciaram à polícia. O fato ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2009.

Inconformado com a sentença da Justiça de 1º grau, o banco recorreu, sob o argumento de que não possui qualquer responsabilidade com o ocorrido, uma vez que todos os funcionários de instituições bancárias vivem em constante medo da violência de assaltantes, e que a atitude de informar a autoridade competente sobre possível assaltante é acertada. Alegou que o cliente não comprovou que a denúncia tenha partido de funcionários do banco.

A relatora da apelação cível, desembargadora Maria das Graças Duarte, inicialmente registrou que as pessoas suspeitas são passíveis de denúncia às autoridades policiais, segundo o que afirma o artigo 5º do Código de Processo Penal (CPP).

**TÊNUE** - A desembargadora enfatizou que somente em casos de má-fé, injustiça e despropósito, o denunciante responde pelos seus atos. Lembrou que existe uma linha muito tênue entre a denúncia de fato criminoso à autoridade policial e a realidade do fato percebido pelo denunciante.

Ao considerar a quantia sacada (R\$ 9.990,00) como bastante considerável, a relatora questionou: “Se o Apelado de fato fosse um assaltante, o mesmo realizaria saque de tal quantia? O saque no valor supramencionado pode dar azo aos prepostos do banco Apelante de apontá-lo como assaltante? Entendo que não”.

A magistrada disse que o fato de o cidadão encaminhar-se a uma agência bancária e ali realizar saques, bem como outras transações, não é considerado como atitude suspeita, até porque essas são as atividades comuns exercidas dentro das agências.

Entendeu que a análise equivocada de quem fez a denúncia trouxe ao cliente danos morais, quando ele foi levado por policiais, na frente de outros clientes e de pessoas que passavam na rua, para a delegacia.

Citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que a denúncia à autoridade policial constitui em exercício regular de um direito. Porém, quando tal denúncia se baseia em informação equivocada,

responde a instituição bancária pelo ato de seu preposto.

Os desembargadores Raimundo Barros (revisor) e Ricardo Duailibe acompanharam o voto da relatora, negando provimento ao recurso do Banco do Brasil.

## **Novo Fórum de Buriticupu será inaugurado nesta sexta-feira (11)**

10/04/2014

Será inaugurado nesta sexta-feira (11), às 10h, o novo Fórum da comarca de Buriticupu, distante 417 km de São Luís. A cerimônia será conduzida pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que representará a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

O novo prédio da Justiça Estadual na comarca beneficiará cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz. Com vara única Buriticupu tem como termo o município de Bom Jesus da Selva.

Com área construída de 882 m<sup>2</sup>, o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. É o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão. O terreno foi cedido pelo Incra.

De acordo com o juiz da comarca, Ailton Gutemberg Carvalho Lima, a comarca tem aproximadamente sete mil processos e a entrega de uma nova sede bem estruturada proporcionará melhor atendimento aos jurisdicionados.

Atuando na comarca há 10 anos, o magistrado citou como um dos benefícios a criação de arquivos para armazenamento dos processos, que tornará mais rápida e eficiente a prestação de serviços à população. O prédio está localizado na Rua Deputado Vila Nova, s/n - bairro Terra Bela.

## **Justiça nos Bairros movimentada Comarca de Imperatriz nesta sexta-feira**

10/04/2014

Diversas ações promovidas pelo Projeto Justiça nos Bairros, da Corregedoria Geral da Justiça, prometem movimentar a Comarca de Imperatriz na próxima sexta-feira (11) e sábado (12). Entre os objetivos do projeto, “educar para os direitos, mediar e formar agentes comunitários”. A corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney abre oficialmente o evento, que acontece na Assembleia de Deus do Bairro Leandra, às 16h.

Imperatriz será a primeira cidade a receber o projeto que, de acordo com a desembargadora Nelma Sarney, será expandido para outras comarcas. As atividades do projeto têm início a partir das 08h de sexta-feira, com a presença de representantes do Poder Judiciário. Desde as primeiras horas do dia os juízes Ana Beatriz Maia (2ª Vara Cível), coordenadora do projeto em Imperatriz, Delvan Tavares (Vara da Infância e diretor do fórum), Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família) e Gladiston Cutrim (Vara da Mulher) já estarão presentes participando das atividades.

Durante todo o dia representantes dos poderes Judiciário e Executivo e membros do Exército, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Cooperatins disponibilizam à comunidade local atendimento médico, odontológico, assistente social e psicólogos e vacinas. Procon, Centro de Conciliação, posto do cartório com registro civil também estão entre os atendimentos disponibilizados. O Poder Judiciário se faz presente com equipe da Vara da Família possibilitando aos interessados procedimento administrativo para investigação e indicação de paternidade, por meio do projeto pai presente. Gincana de coleta de lixo à margem do Rio Tocantins, rapel e presença de bombeiros mirins estão na programação do evento.

À tarde, após a abertura oficial do evento com a execução do Hino Nacional e fala da corregedora Nelma Sarney, o público presente será contemplado com palestra sobre Coleta Seletiva de Lixo, com Ivanice Cândida, seguida de apresentação de peça teatral.

Em Imperatriz, o projeto Justiça nos Bairros conta ainda com o apoio das secretarias municipais de Desenvolvimento Social, de Infraestrutura e de Meio Ambiente, além de Procuradoria municipal e Defesa Civil.

Casamento Comunitário - O momento de dizer sim chegará para mais dezenas de casais. Por meio de mais uma edição do projeto Casamento Comunitário, às 18 horas terá início a celebração da união de 114 casais. O casamento é promovido pela 2ª Vara da Família, em parceria com cartórios locais, e o evento contará com apresentação da Banda de Música do Exército, bolo e sorteio de brindes entre os nubentes.

Sábado - E as atividades não param por aí. No sábado, a partir das 8 horas, os participantes do evento terão, entre outras atividades, palestra com o tema sexualidade voltada para adolescentes. Representante da Polícia Militar fala aos presentes sobre drogas. O titular da Vara da Infância e do Adolescente da comarca, juiz Delvan Tavares, fará uma exposição sobre trabalho infantil e exploração sexual. O encerramento acontece com atividades musicais e poesia, além de apresentação da Banda do Exército.

Primeiro bairro a ser contemplado com o projeto da Corregedoria Geral da Justiça, o Leandra está localizado às

margens do Rio Tocantins e abriga cerca de 200 famílias. Segundo a coordenadora do Justiça nos Bairros em Imperatriz, juíza Ana Beatriz, a realização das ações na comunidade foi precedida de reuniões e visitas ao bairro que contaram com a presença de diversos segmentos, a exemplo do Poder Judiciário, Polícia Militar, Poder Executivo, igrejas, sociedade civil.

“A ideia era conhecer os anseios e os problemas que afligem os moradores do bairro, a fim de realizarmos ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, contribuindo o Judiciário de Imperatriz para o resgate e a construção da cidadania dos moradores daquela região”, explica a magistrada.

Melhorias - Durante as reuniões, foram detectadas necessidades de melhorias em diversas áreas, com destaque para coleta adequada de resíduos, fortalecimento do policiamento e melhor acesso a informações sobre coleta seletiva de lixo, drogas, exploração sexual e trabalho infantil. De acordo com a juíza foi esse levantamento que norteou a elaboração da programação.

A limpeza do local por equipe da Prefeitura de Imperatriz e ronda policial no bairro buscaram solucionar os principais problemas. De acordo com Ana Beatriz, se até o dia 11 nada acontecer a Polícia Militar contabiliza na data 100 dias sem ocorrências no lugar.

## **Novos links agilizam atualização do auxílio saúde e avaliação de desempenho dos servidores do Judiciário**

10/04/2014

Já estão disponíveis na intranet do TJMA novos links de acesso à lista de renovação do auxílio saúde e ao formulário de avaliação de desempenho dos servidores. A atualização é feita mensalmente pela Diretoria de Recursos Humanos. Os links ficaram mais visíveis através de banners localizados na área “utilidade pública” da intranet (lado esquerdo da página).

O acesso continua sendo feito também pelo Portal do Judiciário na “página do servidor”.

No link do auxílio saúde é encontrada a relação dos servidores que deverão renovar o benefício. A atualização deve ser feita a cada 24 meses, a partir do primeiro dia do mês de aniversário da implantação. A não renovação implica em cancelamento do auxílio no respectivo mês em que o servidor faz aniversário de adesão.

Os servidores que possuem planos de saúde vinculados ao SINDJUS ou ASFUJEMA também deverão solicitar a renovação do benefício, informando o referido vínculo. A documentação deve ser enviada pelo Digidoc, em formato PDF.

**AVALIAÇÃO** - A Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira informa que a relação de avaliados deve ser consultada periodicamente. A avaliação de desempenho dos servidores efetivos e em estágio probatório é requisito para a obtenção de estabilidade, progressões e promoções funcionais.

Em caso de dúvidas, o servidor deve ligar para (98) 3261 6137 (Divisão de Direitos e Deveres) ou 3261 6132 (Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira).

## Secretário Ricardo Murad discute assistência médica a detentos com transtorno mental e recolhimento de menor infrator com TJMA e DPE



*Nelma Sarney disse que uma ação conjunta pode dar celeridade e respostas imediatas aos problemas*

*O secretário de Estado da Segurança Pública e de Saúde, Ricardo Murad participou nesta quinta-feira (10), na Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), de uma reunião com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) e da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), promotores e juizes que atuam nas áreas de Saúde e da Infância e Juventude para tratar da assistência a detentos com problemas mentais e a adolescentes em conflitos com a lei.*

*Ricardo Murad discutiu com representantes dos órgãos presentes à reunião medidas emergenciais para atender às duas áreas. Em relação à assistência médica às pessoas privadas de liberdade e com transtornos mentais, ele informou sobre a implantação de uma unidade de saúde que funcionará 24 horas, para atender toda a demanda do sistema prisional do estado.*

*Além dessas deliberações, ficou acordado, na reunião, que a Corregedoria do Tribunal de Justiça, atendendo a uma sugestão de Ricardo Murad, convocará os gestores municipais das cidades que implantaram Centros de Atendimento Psicossocial (Caps), além de juizes e promotores de Justiça, com o objetivo de montar uma rede integrada para o atendimento a esse público. Com a implantação da rede, os detentos com transtornos mentais que estejam tanto nas unidades prisionais como nas delegacias deverão ser encaminhados imediatamente para um Centro de atendimento.*

*"Tivemos dois encontros práticos e com decisões bem objetivas. No primeiro, a Corregedoria do TJ está discutindo e elaborando um documento com as várias instituições para que esse sistema funcione da melhor forma possível, com toda a estrutura e agilidade que cada caso requer. Sugerimos que os municípios fossem incorporados a essa discussão, já que são parte fundamental da assistência à saúde, principalmente no que tange ao tratamento das pessoas que têm transtornos mentais", detalhou Murad.*

*Adolescentes em conflito com a Lei*

*Ainda durante a reunião, foi firmado um acordo com as várias entidades para que seja disponibilizado pelo Governo do Estado, de forma emergencial, um local para receber os adolescentes apreendidos durante as operações e ações policiais.*

*Ainda na tarde desta quinta-feira (10), representantes das secretarias estaduais, da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça visitaram um dos prédios que poderá receber as instalações de uma unidade.*

*Paralelo a isso, a secretária de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, Luiza Oliveira afirmou que o Governo tem tomado todas as medidas a fim de solucionar o problema da falta de estrutura em unidades de internação de adolescentes. Ela elencou diversas obras estão sendo executadas na capital e no interior do estado, e proporcionarão uma mudança do sistema de internação de adolescentes.*

*Luiza Oliveira lembrou ainda que já se reuniu com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) a fim de dar agilidade ao andamento das construções e reformas. A previsão é que as obras sejam entregues até dezembro deste ano.*

*Ricardo Murad também reafirmou o compromisso da administração estadual no enfrentamento da questão da violência. "Estamos contribuindo com uma solução, de implantação de uma unidade provisória que possa disponibilizar vagas, em um curto espaço de tempo, até que o grande investimento que tem sido feito pelo Governo do Estado no sistema possa resolver definitivamente essa situação", completou.*

#### *União de esforços*

*A Corregedora Geral do TJMA, desembargadora Nelma Sarney destacou a importância da união dos esforços entre os vários segmentos sociais e órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo. "Estamos batalhando para que ocorra a integração dos vários órgãos. Os parceiros e as instituições precisam estar em sintonia e com estas reuniões pudemos chegar a um consenso, buscando uma solução em curto prazo para as questões apresentadas", pontuou.*

*Na ocasião Nelma Sarney comunicou ao secretário Ricardo Murad que ainda este mês entrará em funcionamento a Central de Inquéritos. "Está tudo pronto para que em breve a Central seja instalada. Será um grande passo para agilizar e dar mais eficiência ao trabalho policial e da Justiça. Em suma, é uma unidade jurisdicional que estamos instalando com juízes auxiliares com ligação direta com a polícia. "Neste espaço, as medidas cautelares serão analisadas de maneira imediata, independente do horário. A triagem é feita pela própria Central, identificando se há necessidade de manutenção da prisão em flagrante ou não, entre outras atribuições", finalizou.*

*Estiveram presentes, ainda, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Láercio Costa; Aldy de Melo Araújo Filho e Fabíola Barros Murilo Carvalho Guazelli, respectivamente defensor público geral e corregedora geral; e os juízes José dos Santos Costa e José Américo Abreu Costa, da 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís e juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, respectivamente.*

## **Portaria autoriza saída temporária de presos na Páscoa e Dia das Mães**

*Portaria assinada pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar funcionando junto à 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, determina a renovação automática das autorizações de saída temporária de apenados para o período da Páscoa (15 a 21 de abril) e Dia das Mães (08 a 14 de maio).*

*A medida contempla cerca de 552 presos beneficiados com a saída no período do Natal e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido, "salvo em caso de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no art. 125 da Lei de Execução Penal", ressalva o documento.*

*Segundo a titular da 1ª VEP, além desses apenados outros presos devem receber o benefício na Páscoa e Dia das Mães, aqueles que do Natal para cá progrediram para o regime semiaberto e presos que chegaram ao sistema para cumprir pena nesse regime. "Desde que tenham bom comportamento carcerário", esclarece Ana Maria Vieira.*

*Conforme a portaria, fica designada para o primeiro dia da saída temporária, a partir das 10h, nos respectivos estabelecimentos prisionais, reunião para advertências, esclarecimentos complementares e assinatura do termo de compromisso. O prazo para o retorno dos apenados vence às 18h do último dia da saída temporária.*

### *Apuração*

*Para a renovação das saídas, as unidades prisionais devem remeter à 1ª Vara de Execuções Penais a relação dos não contemplados, ou seja, os que tiveram o benefício no Natal de 2013 e não cumpriram os requisitos citados anteriormente (retorno no prazo e bom comportamento carcerário).*

*"A exclusão de cada apenado constante na relação dos não contemplados deverá ser motivada pela direção das unidades penais, devendo ser processado individualmente neste Juízo, para decisão com apuração prévia do Ministério Público e da defesa", ressalta o documento.*

## **Comitê de Gestão Integrada faz balanço de ações no sistema penitenciário maranhense**

*A governadora Roseana Sarney presidiu a 7ª reunião do Comitê de Gestão Integrada, realizada na tarde de ontem (10), no Palácio dos Leões. Participaram do encontro, no qual foram apresentados avanços no sistema penitenciário, representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, das Polícias Civil e Militar, Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros.*

*Roseana Sarney acompanhou os resultados apresentados e enfatizou que o governo do Estado continuará trabalhando para atender as propostas e sugestões contidas nos relatórios. "Vamos no empenhar para implementar mais ações que assegurem a tranquilidade no sistema penitenciário maranhense", garantiu a governadora.*

*Na ocasião, foram apresentados o relatório da Força Nacional da Defensoria Pública; o balanço das ações para resolução da Crise do Sistema Prisional de São Luís; o projeto de implantação da Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III, com auxílio do Depen/MJ; e a aplicação da Lei nº 9116/2010, que institui a Política Estadual de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.*

*De acordo com o coordenador nacional da Defensoria Pública, André Giroto, no período de 27 de janeiro a 10 de fevereiro, a Força Nacional da Defensoria Pública efetuou 4.394 atendimentos, sendo 1.782 individualizados, além da concessão de habeas corpus e petições diversas.*

*André Giroto destacou o apoio do governo do Estado para o êxito do trabalho. "A Força Nacional da Defensoria Pública já atuou Santa Catarina e Pernambuco e aqui no Maranhão a receptividade e apoio que tivemos do governo do Estado foi imprescindível para o êxito obtido", afirmou.*

*André Giroto lembrou que muitas medidas recomendadas no relatório já foram adotadas pelo governo, como o aumento do número de vagas no sistema prisional com a construção da Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III, com auxílio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a construção de presídio em Coroatá, totalizando 635 novas vagas.*

*Os dois presídios irão ficar prontos em maio. Os demais estão dentro do cronograma previsto. Em junho, O Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça capacitará os 104 novos agentes penitenciários para atuar na Unidade de Segurança Máxima no Presídio São Luís III.*

*Participaram da reunião, a corregedora geral de Justiça, Nelma Sarney; procuradora geral de Justiça, Regina Rocha, o promotor de Justiça Claudio Cabral; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; os secretários Sebastião Uchoa (de Justiça e Administração Penitenciária), Ricardo Murad (Segurança Pública e de Saúde), Catharina Bacelar (Mulher), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania) e Carla Georgina (Comunicação Social); a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Menezes; o subcomandante geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel João Nepomuceno; além de representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).*

*CAPACITAÇÃO - Outro ponto discutido na reunião foi a aplicação da Lei nº 9116/2010, que institui a Política Estadual de Inserção de Egressos do Sistema Prisional no Mercado de Trabalho. A primeira etapa dessa ação, sob a coordenação do Tribunal de Justiça, correspondeu à análise de documentação. O trabalho, quem contou*

*com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), resultou na revisão de mais de 3 mil documentos.*

*A segunda etapa foi a capacitação dos egressos, ação realizada via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o apoio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e Ministério da Justiça. Essa ação foi considerada altamente positiva.*

*Na terceira etapa, no entanto, não houve a adesão esperada do empresariado em dar oportunidade de trabalho para os egressos do sistema prisional. Diante disso, ficou definido na reunião, que será realizada, uma ação de sensibilização nas empresas, com a participação da Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (Setres).*

## **TJMA inaugura novo Fórum em Buriticupu e beneficia cerca de 100 mil pessoas**

*O Poder Judiciário do Maranhão inaugurou nesta sexta-feira (11) o novo Fórum de Buriticupu, que beneficiará diretamente cerca de 100 mil pessoas, incluindo a população do município de Bom Jesus da Selva, Termo Judiciário daquela comarca. Distante 417km de São Luís, Buriticupu é polo judicial de Imperatriz, funciona com vara única e tem cerca de sete mil processos em tramitação.*

*A solenidade foi conduzida pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (Foto:Ribamar Pinheiro)*

*A solenidade de inauguração foi conduzida pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, que também representou a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. O padre Isaac Silva abençoou a nova casa da Justiça da comarca.*

*"Que o Judiciário, aqui em Buriticupu, possa trazer a garantia da correta aplicação das leis e que possa também ser um parceiro da população no fomento da cidadania e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Não só para esta cidade, mas também para sua vizinha, o Termo Judiciário de Bom Jesus das Selvas", ressaltou a corregedora geral, Nelma Sarney, registrando o esforço que a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, empreendeu para o Fórum ser entregue à população de Buriticupu.*

*Destacando uma série de ações positivas do Poder Judiciário, a corregedora afirmou que o novo contexto exige uma atuação efetiva do Poder Judiciário, seja enquanto agente aplicador das leis, seja como órgão promotor de cidadania, por meio de suas ações sociais.*

*A magistrada apontou o alto índice de violência em Buriticupu, ressaltando a preocupação do Poder Judiciário com essa realidade que atinge não só o Maranhão, como também todo o Brasil. Na ocasião, ela anunciou um dos principais projetos do Poder Judiciário de combate à violência - "Justiça nos Bairros" - com lançamento nesta sexta-feira (11), em Imperatriz. O projeto será ampliado a outras comarcas do Estado.*

*Presente ao evento, o desembargador Ricardo Duailibe (ouvidor-substituto), colocou a Ouvidoria do Judiciário à disposição da população da comarca para o recebimento de sugestões e reclamações que possam fortalecer ainda mais o trabalho que a Justiça Estadual presta à sociedade.*

*O diretor do Fórum, juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima - que atua na comarca há 10 anos - ressaltou a importância das novas instalações para os jurisdicionados. O magistrado lembrou que a iniciativa teve a participação do desembargador José Bernardo Rodrigues, que viabilizou a disponibilização, pelo INCRA, do terreno onde foi erguido o Fórum, cuja obra começou na gestão do desembargador Jamil Gedeon, tendo continuidade nas gestões dos desembargadores Guerreiro Júnior e Cleonice Freire, respectivamente.*

*RECURSOS PRÓPRIOS - A obra, com valor aproximado de R\$1,5 milhão, foi executada com recursos oriundos do Fundo Especial de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (Ferj).O prédio está localizado na Rua Deputado Vila Nova, s/n - bairro Terra Bela, em local de fácil acesso aos jurisdicionados.*

*A unidade judicial tem área construída de 882 m<sup>2</sup>, com espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas. Além de salas de audiência, distribuição, OAB, recepção/atendimento, secretarias judiciais e arquivos, os quais facilitarão o manuseio e consulta dos processos,*

*que agora ficarão armazenados em espaços adequados.*

*Dispõe ainda, de um centro de processamento de dados, espaços para serviços de apoio e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. Esse é o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão.*

*Além do prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues, e do vice-prefeito de Bom Jesus das Selvas, Abdala Filho, participaram da cerimônia os deputados estaduais Antonio Pereira e Francisca Primo, a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Francisca Galiza, o conselheiro Ronald Sarney, o presidente da Câmara Municipal de Buriticupu, vereador Eli Josélio Monteiro, e o comandante da Polícia Militar de Buriticupu, Major Jonilson Diniz.*

## **Juízas determinam renovação automática de saída temporária de presos**

*Portaria assinada pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar funcionando junto à 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, determina a renovação automática das autorizações de saída temporária de apenados para o período da Páscoa (15 a 21 de abril) e Dia das Mães (08 a 14 de maio).*

*A medida contempla os presos beneficiados com a saída no período do Natal (30/12) e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido, "salvo em caso de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no art. 125 da Lei de Execução Penal", ressalva o documento (Portaria 10/2014).*

*Segundo a titular da 1ª VEP, além desses apenados outros presos devem receber o benefício na Páscoa e Dia das Mães - aqueles que do Natal para cá progrediram para o regime semiaberto e presos que chegaram ao sistema para cumprir pena nesse regime. "Desde que tenham bom comportamento carcerário", esclarece Ana Maria Vieira.*

*Conforme a portaria, fica designada para o primeiro dia da saída temporária, a partir das 10h, nos respectivos estabelecimentos prisionais, reunião para advertências, esclarecimentos complementares e assinatura do termo de compromisso. O prazo para o retorno dos apenados vence às 18h do último dia da saída temporária.*

*Apuração - Para a renovação das saídas, as unidades prisionais devem remeter à 1ª Vara de Execuções Penais a relação dos não contemplados, ou seja, os que tiveram o benefício no Natal de 2013 e não cumpriram os requisitos citados anteriormente (retorno no prazo e bom comportamento carcerário).*

*"A exclusão de cada apenado constante na relação dos não contemplados deverá ser motivada pela direção das unidades penais, devendo ser processado individualmente neste Juízo, para decisão com apuração prévia do Ministério Público e da defesa", ressalta o documento.*

*Renovações - Na portaria, as juízas Ana Maria e Sara Fernanda destacam, entre outras considerações, os cerca de 552 apenados em regime semiaberto com direito à saída temporária (salvo os que não preencherem os requisitos legais) e o aumento drástico de volume de trabalho na 1ª VEP quando da concessão do benefício. "Os pedidos são sempre individualizados, quase sempre remetidos pelas unidades prisionais, exigindo digitalização e manifestação do Ministério Público, registrando-se que a quase totalidade deles são meras renovações de pedidos de saídas", acrescentam.*

*Ainda de acordo com as magistradas, a renovação automática tem sustentação na jurisprudência, em especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do STF.*

## **Nelma Sarney entrega fórum e destaca maior proximidade entre Judiciário e sociedade**

*"Esta casa é do juiz, é dos servidores, é dos operadores do Direito, mas, sobretudo, é da sociedade que bate em nossas portas com a esperança e a fé inabalável de ver assegurado o seu direito". A afirmação é da corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, durante entrega do novo Fórum da Comarca de Buriticupu (417km da capital), nesta sexta-feira (11).*

*A nova casa da Justiça conta com prédio com instalações modernas e 882m<sup>2</sup> de área construída, passando a funcionar na Rua deputado Vila Nova, Bairro Terra Bela. De acordo como o juiz Ailton Gutemberg, que passou dez anos como titular da comarca e que agora responde por ela, o prédio anterior já não oferecia mais condições de trabalho, o que refletia em uma prestação de serviço aquém do desejado pela população da cidade. A obra foi construída com recursos próprios, ao valor de R\$ 1,49 milhão, oriundos da arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).*

*"Na sede antiga tínhamos problemas com mofo, infiltração e infestação de insetos, situação agravada pela falta de espaço físico. Agora, será possível atender à comunidade com mais respeito e dignidade", afirma o juiz, destacando que a demanda processual é alta e que o número de processos já chega a 7 mil, com uma distribuição mensal de cerca de 140 novos processos.*

*Nelma Sarney, que segue para Imperatriz, onde ainda nesta sexta-feira cumpre uma extensa agenda de trabalho, afirmou que o Judiciário não pode mais atuar somente dentro dos seus prédios, mas devem ir ao encontro da comunidade. "Quero dizer aos senhores que durante minha gestão aqui será uma Casa não só da Justiça, mas uma Casa de Cidadania. Um fórum desta magnitude não pode servir apenas para o processamento e julgamento de feitos judiciais, mas sim como uma verdadeira casa do povo. Onde se faz a Justiça para o povo e com o povo", declarou.*

*Aprovação - Cidadãos aprovaram a instalação do novo fórum de Buriticupu. Na opinião dos moradores o prédio vem para melhorar o cotidiano não só do Bairro Terra Bela, mas de toda cidade. De acordo com Francisco Gonçalves, o fórum "traz vida para a cidade. Todo mundo tá animado e também valoriza a região", disse o vigilante Francisco Gonçalves, de 59 anos, morador do Terra Bela desde 1974.*

*De acordo com o juiz Ailton Gutemberg, o novo fórum vai refletir em mais rapidez ao cidadão. É o que espera Francilene Bastos, 27 anos. Ela diz que agora espera que seu processo, que já dura quatro anos, possa ser resolvido mais rapidamente. "Espero que o novo fórum traga melhoria para nós. aguardo uma definição em relação à minha questão e acredito que agora vai ser possível. Vi na atuação do juiz Ailton o compromisso com a aplicação da lei de forma responsável e por isso afirmo que podemos acreditar na Justiça", manifestou a auxiliar administrativa.*

*Para o presidente da subseção da OAB de Açailândia, Ernon Sorvos, a nova casa da Justiça é um desejo antigo desta cidade que, segundo ele, está situada em uma região de conflitos. "Hoje é um dia histórico para esta cidade, pois recebe uma sede digna onde o cidadão pode vir trazer seus conflitos de interesse. É a consagração do exercício da cidadania", afirmou.*

*O pedreiro Junior Almeida Lima, 33 anos, viu na implantação do fórum uma oportunidade de começar uma nova vida. "Já tinha um tempo que comprei este terreno [que fica em frente ao fórum] e agora, com a construção, resolvi fazer minha casa e um ponto comercial, pois acredito que o movimento aqui vai ficar bom. Espero que*

tudo dê certo porque aí posso mudar de ramo", disse Lima afirmando que o fórum vai contribuir para a economia local.

*Estiveram presentes na solenidade o desembargador Ricardo Duailibe, o prefeito José Gomes; o deputado Antonio Pereira, a juíza corregedora Francisca Galiza; o presidente da Câmara municipal, Eli Bezerra; o deputado estadual Antonio Pereira; a deputada estadual Francisca Primo; o conselheiro Ronald Sarney e o comandante da 14ª CIA de Polícia Militar, major Jonilson Diniz.*

## **Juízas determinam renovação automática de saída temporária de presos**

*Portaria assinada pelas juízas Ana Maria Almeida Vieira e Sara Fernanda Gama, respectivamente titular e auxiliar funcionando junto à 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de São Luís, determina a renovação automática das autorizações de saída temporária de apenados para o período da Páscoa (15 a 21 de abril) e Dia das Mães (08 a 14 de maio).*

*A medida contempla os presos beneficiados com a saída no período do Natal (30/1) e que retornaram às unidades prisionais onde cumprem pena dentro do prazo estabelecido, "salvo em caso de prática de crime doloso, punição por falta grave ou desatenção às condições impostas no art. 125 da Lei de Execução Penal", ressalva o documento (Portaria 10/2014).*

*Segundo a titular da 1ª VEP, além desses apenados outros presos devem receber o benefício na Páscoa e Dia das Mães - aqueles que do Natal para cá progrediram para o regime semiaberto e presos que chegaram ao sistema para cumprir pena nesse regime. "Desde que tenham bom comportamento carcerário", esclarece Ana Maria Vieira.*

*Conforme a portaria, fica designada para o primeiro dia da saída temporária, a partir das 10h, nos respectivos estabelecimentos prisionais, reunião para advertências, esclarecimentos complementares e assinatura do termo de compromisso. O prazo para o retorno dos apenados vence às 18h do último dia da saída temporária.*

*Apuração - Para a renovação das saídas, as unidades prisionais devem remeter à 1ª Vara de Execuções Penais a relação dos não contemplados, ou seja, os que tiveram o benefício no Natal de 2013 e não cumpriram os requisitos citados anteriormente (retorno no prazo e bom comportamento carcerário).*

*"A exclusão de cada apenado constante na relação dos não contemplados deverá ser motivada pela direção das unidades penais, devendo ser processado individualmente neste Juízo, para decisão com apuração prévia do Ministério Público e da defesa", ressalta o documento.*

*Renovações - Na portaria, as juízas Ana Maria e Sara Fernanda destacam, entre outras considerações, os cerca de 552 apenados em regime semiaberto com direito à saída temporária (salvo os que não preencherem os requisitos legais) e o aumento drástico de volume de trabalho na 1ª VEP quando da concessão do benefício. "Os pedidos são sempre individualizados, quase sempre remetidos pelas unidades prisionais, exigindo digitalização e manifestação do Ministério Público, registrando-se que a quase totalidade deles são meras renovações de pedidos de saídas", acrescentam.*

*Ainda de acordo com as magistradas, a renovação automática tem sustentação na jurisprudência, em especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do STF.*